

*
* *

BASTIDE (Roger). — *Usos e sentidos do termo “estrutura” nas ciências humanas e sociais*. Tradução de Maria Heloiza Schabs Capellato. São Paulo. Livraria Herder & Editôra da Universidade de São Paulo. 1971. 198 pp.

Os problemas de estrutura, para o historiador, são os da composição orgânica dos grupos submetidos à sua observação.

Pode-se individuar esta composição orgânica através tanto das proporções quantitativas dos subgrupos mais característicos como do estudo de suas relações multilaterais.

É concebível que o historiador proceda por cortes instantâneos, tomando numa certa data censos demográficos, sondagens notariais, número dos componentes de grupos organizados (partidos, sindicatos), resultados eleitorais, tiragens de jornais. Precisemos que a observação implica hipóteses de trabalho sobre as definições que a análise posterior deve confirmar, refutar ou esclarecer.

Mas, como as estruturas estão em perpétua transformação, o procedimento somente seria válido se se dispusesse de cortes homogêneos, múltiplos e contíguos. Isto é um ideal geralmente inacessível, ainda que na “era estatística”. Seja como for, os últimos 150 anos não podem bastar à nossa necessidade de conhecimento histórico.

Portanto, há que se chegar às estruturas por via indireta. Podemos fazê-lo mediante a observação “conjuntural” de certos sinais e a observação empírica, descritiva dos movimentos históricos de massa (lutas de classes, lutas de categorias dentro das classes, lutas e relações de poder entre grupos organizados). As curvas de conjuntura indicam tudo o que, embora num passado bastante remoto, oferece fragmentos mensuráveis: preços, salários, moedas, taxas demográficas, finanças públicas, tipos de rendas. Estes sinais, observados durante um período longo, denotam as ascensões e os declínios do grupo em seu conjunto, a sucessão de equilíbrios e desequilíbrios, a profundidade e a resultante das crises periódicas, as causas de atenuações ou de exasperações dos conflitos internos e, freqüentemente, as mudanças bruscas no ritmo das curvas ou de suas relações recíprocas indicam profundas transformações (tecnológicas, institucionais, etc.), que tais sinais podem fixar claramente, em seus inícios e em suas conseqüências. A conjuntura é, com freqüência, um indicio da estrutura.

Porém, é necessário recolocar no âmbito conjuntural os *sinais* das outras relações de grupo, mesmo que não sejam quantificáveis. Neste caso, serão suficientes descrições razoáveis, “análises causais”.

Dois noções se relacionam à análise das estruturas: a da oposição entre microestruturas e macroestruturas, e a da oposição entre infraestruturas e superestruturas.

A primeira tem sua importância na história da historiografia: a história passou muito tempo reconstituindo as relações entre indivíduos excepcionais e acontecimentos extraordinários. Mas logo se constata que, com bastante frequência, estas intervenções são tanto conseqüências como causas, ou representam fatos excepcionais, cujo efeito desaparece rapidamente no nível microestrutural. De idêntica maneira, os ensaios de sociologia microestrutural não podem servir à história, como também as hipóteses microestruturais que, por muito tempo, têm fundamentado a economia teórica. O trabalho histórico consiste, precisamente, em recolocá-los dentro dos sistemas macroestruturais.

A distinção entre infraestruturas e superestruturas desempenha também importante papel. O termo infraestrutura é aplicado a tudo quanto concerne à vida material dos homens. A primazia que o marxismo confere à infraestrutura deve ser assim entendida: a infraestrutura é o único campo em que se exerce o caráter *específico* do homem: a apropriação da natureza a seu serviço, com progressos no sentido de uma maior apropriação para um mesmo esforço, ou de um esforço menor para uma mesma apropriação. É justamente por causa deste caráter especificamente humano da “produção” que ela é o fundamento das transformações históricas. Dêste modo, a economia é o campo privilegiado das ciências humanas por ser o mais mensurável. As estruturas institucionais são superestruturas porque registram e defendem um determinado tipo de relações tecidas em torno da produção, traço específico e fundamental. Estas são as estruturas mais resistentes, por isto, as suas transformações são freqüentemente bruscas (revoluções). As superestruturas espirituais estão ligadas às instituições, mas são, por sua vez, mais instáveis e mais resistentes: mais instáveis porque fazem a crítica da relação entre instituições e realidades subjacentes preparando, assim, as “revoluções”; mais resistentes porque sobrevivem longamente às instituições às quais estão ligadas. Nas estruturas espirituais, os elementos críticos e os elementos conservadores não caracterizam, por certo, as mesmas classes dentro do grupo, nem os mesmos grupos no conjunto humano.

Com efeito, a história está mais interessada nos elementos *diferenciais* que nos elementos comuns da evolução das estruturas. São os “desenvolvimentos desiguais”, os *desajustes*, que, constituindo casos clínicos a estudar, dão à história sua complexidade e dominam as relações de grupo a grupo.

A linha de desenvolvimento do pensamento sociológico estrutural vai dos mercantilistas até Cantillon, Quesnay e Marx. Começou a ser ciência, isto é, experiência prática e ação sobre a realidade, com este último e com seus discípulos ativos. A posição estruturalista em história implica uma realidade estruturada e, portanto, expressável matematicamente em suas características e variações. Porém, o domínio de uma ciência sobre o real começa bem antes de sua formulação matemática, e esta (da qual apenas a ciência econômica aceita já alguma intervenção) terá necessidade de progressos não-predetermináveis para expressar a multiplicidade das variáveis no campo social.